



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Rogério Carvalho

PROJETO DE LEI Nº , DE 2024

Altera as Leis nºs 8.906, de 4 de julho de 1994 (Estatuto da Advocacia) e 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para atender especificidades da prática advocatícia nas hipóteses que o patrono seja adepto de religião de matriz africana, afro-ameríndia ou judaica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 7º-C:

“**Art. 7º-C.** São direitos dos advogados adeptos de religiões de matrizes africanas ou afro-ameríndias a utilização de vestimentas brancas e demais insígnias religiosas em ambiente forense, em especial nas seguintes situações:

I – às sextas-feiras, no ingresso em locais onde funcionem os juízos ou tribunais, para a prática de quaisquer atos processuais, inclusive sustentações orais;

II – pelo período de até três meses contados da iniciação no culto, no ingresso em locais onde funcionem os juízos ou tribunais, para a prática de quaisquer atos processuais, inclusive sustentações orais.

Parágrafo único. O direito ao uso de insígnias e vestimentas religiosas em ambiente forense, de que trata o *caput* deste artigo, estende-se aos adeptos de outros cultos e crenças religiosas, sendo vedado que se lhes faça qualquer constrangimento”.

Art. 2º A Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, passa a vigorar com as seguintes alterações:



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Rogério Carvalho

“Art. 313.

XI – quando o advogado responsável pelo processo constituir o único patrono da causa e estiver recolhido para fins ritualísticos em religiões de matrizes africanas ou afro-ameríndias, pelo período máximo de um mês;

XII – quando o advogado constituir o único patrono da causa ou todos os advogados responsáveis pelo processo forem praticantes da religião judaica e estiverem nas datas religiosas comemorativas de:

- a) Ano Novo Judaico (*Rosh Hashanah*), pelo prazo de dois dias;
- b) Dez Dias de Arrependimento (*Aseret Yemei Teshuvah*), pelo prazo de dez dias;
- c) Dia da Expição (*Yom Kippur*), pelo prazo de dois dias;
- d) Festival das Luzes (*Hanukkah*), pelo prazo de oito dias.

.....” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Lei tem por finalidade assegurar o respeito à diversidade no ambiente jurídico, reconhecendo relevância de que advogados e advogadas pratiquem suas tradições religiosas sem constrangimentos ou prejuízos à sua prática forense¹.

A proposta alinha-se com a previsão contida no art. 5º, VI, da Constituição Federal, segundo a qual constitui direito fundamental a inviolabilidade às liberdades de consciência e crença.

Nesse sentido, é de se salientar que a laicidade do Estado não significa o desprezo à religião, mas sim a garantia de que todos os cidadãos

¹ Trata-se de texto construído a partir de sugestão do Fórum de Diversidade Religiosa – Paraíba, e da advogada e professora universitária Dra. Laura Taddei Alves Pereira Pinto Berquó.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Rogério Carvalho

SF/244443.07350-66

sejam tratados isonomicamente no exercício de seu direito de liberdade de crença.

Cientes da importância da liberdade religiosa, preocupa-nos fato noticiado em julho de 2023, de que advogado foi impedido de realizar sustentação oral perante tribunal, por utilizar-se de trajes típicos de sua religião. A vestimenta especial é obrigatória por três meses para todos que realizam a iniciação na religião. Na ocasião, o advogado declarou-se “violentado, prejudicado, impedido de exercer [sua] profissão”².

Ademais, também intencionamos assegurar a suspensão dos prazos processuais nas situações em que adeptos de religiões de matrizes africanas ou afro-ameríndias estiverem recolhidos para rituais, assim como nas hipóteses em que o advogado praticante do judaísmo for o patrono na ação (nas datas religiosas comemorativas de *Rosh Hashanah*, *Aseret Yemei Teshuvah*, *Yom Kippur* e *Hanukkah*).

Entendemos, portanto, ser necessário atualizar o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil e o Código de Processo Civil para estabelecer um equilíbrio entre a liturgia dos tribunais e a prática religiosa, de modo que os advogados não tenham sua prática profissional tolhida por discriminação religiosa.

Assim, as medidas previstas têm como objetivo promover um ambiente jurídico mais inclusivo e respeitoso, onde a diversidade religiosa é valorizada e protegida. O respeito às práticas e obrigações religiosas dos advogados não apenas fortalece os direitos individuais, mas também contribui para uma sociedade mais justa, tolerante e equitativa.

Certo da alta relevância da proposição, peço o apoio dos Pares para a aprovação da matéria.

² Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2023/07/01/advogado-e-impedido-de-atuar-em-tribunal-por-usar-trajes-do-candomble.htm>



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Rogério Carvalho

Sala das Sessões,

Senador ROGÉRIO CARVALHO